

## **A INFLUÊNCIA DA ORALIDADE NA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA**

*Amanda Tristão Meneguelli (FAFIA)*

[amandatmeneguelli@hotmail.com](mailto:amandatmeneguelli@hotmail.com)

*Luciene Pinheiro de Souza (FAFIA)*

[lpsouza@hotmail.com](mailto:lpsouza@hotmail.com)

### **RESUMO**

O ensino da língua portuguesa nas escolas é de extrema importância para a formação do indivíduo, tanto acadêmica, quanto pessoal. Considerando tal importância, levando em conta a prática desta língua, foi instaurada: Há influência da oralidade na aprendizagem da língua portuguesa? Partindo do exposto, uma pesquisa foi realizada em uma turma de 25 alunos do 9º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Aristeu Aguiar”, localizada no município de Alegre, Espírito Santo. Através de um questionário e da elaboração de uma redação com o tema delimitado, os dados foram analisados a fim de encontrar resposta para a questão levantada. A presente pesquisa é de suma importância para o meio acadêmico, pois se sabe que atualmente tudo o que o aluno traz para a sala de aula deve ser aproveitado e nunca descartado. Deve-se aprender a trabalhar com as diferenças e particularidades de cada um deles para que aprendam que a língua portuguesa escrita é diferente da que é falada, visando um melhor aproveitamento do aprendizado da gramática da língua materna.

**Palavras-chave:** Oralidade. Língua materna. Influência.

### ***1. Introdução***

Atualmente, na língua, a concepção de erro mudou consideravelmente. O que antigamente era errado, hoje é denominado diferente, pois tudo o que o aluno traz para a sala de aula deve ser aproveitado. A dinâmica da língua requer uma visão voltada para adequação e inadequação da mesma, segundo sua situação comunicativa.

Em contrapartida, a escola tem o papel de ensinar a escrita convencional que não admite essas “diferenças”, o certo e o errado são estabelecidos como regra para a utilização dessa modalidade.

É importante ressaltar que a escola concebe o ensino da gramática e suas normas como um valor fundamental para a formação do educando, sua inserção na sociedade com sucesso implica em fazer bom uso da língua padrão.

Na percepção de alguns profissionais do ensino, muitos alunos se inibem ao contrapor sua variedade com a da escola, fechando-se para a

aprendizagem, em detrimento do preconceito estabelecido. Além do mais, esses professores também acreditam que a oralidade é um vilão no momento de produção textual, devido à sua interferência na escrita. O impasse língua do aluno, língua não padrão e língua padrão torna-se uma constante no processo ensino-aprendizagem na sala de aula de língua portuguesa.

Observa-se, então, a importância de compreender a língua em sua atividade social. Concepções de oralidade e escrita precisam ficar bem definidas, a fim de que haja uma metodologia eficaz para ser aplicada.

O presente artigo foi realizado a fim de observar se existe realmente influência desta oralidade no aprendizado, através de uma pesquisa realizada com alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Aristeu Aguiar”.

Acreditamos que o presente estudo contribuirá na reflexão de novas práticas para o ensino de língua portuguesa.

## **2. *Variação linguística na sala de aula***

A variação linguística é um fato no nosso país, e em todo o mundo. Fato esse que se deve à diversidade presente na sociedade a qual estamos inseridos, em que não é difícil encontrar falantes que praticam a nossa língua materna com inúmeras particularidades. Essas características são, em sua maioria, criticadas e apontadas como erros. Bagno (2009, p. 15) pontua que

Quando algumas pessoas, seguindo um hábito tradicional na nossa cultura, se queixam dos “erros” cometidos por outras no uso da língua, é comum elas apresentarem algumas supostas explicações para o surgimento dos tais “erros”: o descaso das pessoas pela própria língua, a corrupção moral da juventude, a falta de gosto pela leitura, a incompetência dos professores, os modismos criados pelos meios de comunicação e pela publicidade, a invasão das palavras estrangeiras, e por aí vai...

Pode-se notar o preconceito das pessoas ao justificar o que acontece com a prática da nossa língua materna, pessoas essas que ignoram o fato de que a fala faz parte da característica e da cultura de cada indivíduo e que como forma de comunicação: “A linguagem dos alunos, suas composições deveriam ser julgadas, exclusivamente, como atos de comunicação, e não como campo de purismo gramatical ou exercícios de ortografia”. (LUFT, 1994, p. 16)

Bagno (1999) ressalta que este preconceito linguístico se deve pela confusão que se criou durante o período histórico entre gramática e língua. Algo que projeta, ilustra, molda alguma coisa, não é a coisa em si.

Segundo Koch (2004), a língua é dinâmica e ativa, é um ato de interação entre indivíduos que não necessita de instrumentos previamente existentes. Esta, por si só, se faz existir sem a necessidade de se vincular em regras e normas.

Podemos, portanto, observar que essa diversidade linguística cheia de particularidades é uma realidade que precisa ser compreendida e, principalmente, respeitada para que o aluno possa, através do processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa, e de qualquer outra, aprender a utilizar a língua oral e a língua escrita nos diversos contextos para obter um melhor aproveitamento no aprendizado da gramática.

## **2.1. Escola e norma**

Desde que somos inseridos no meio escolar, temos contato com as normas da gramática, na disciplina de língua portuguesa, sempre moldando a língua que é praticada desde que aprendemos a falar. Isso acontece mediante à necessidade que a escola tem de padronizar a língua, fato este contraditório com a característica social da língua. Este “Paradoxo é constante nas línguas de grande difusão, como é o caso do português, mas que existe em qualquer língua histórica: a necessidade social da unificação, padronização, em face da realidade heterogênea”. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 11)

A partir da concepção, de que a língua é heterogênea, a tradição da gramática foi abalada. Em se tratando do ensino, ignorando todo o exposto, a gramática ainda permanece como um padrão a ser seguido nas escolas, e é com base nessa necessidade de unificação da língua, que nós percebemos o quanto ela é heterogênea.

Nas escolas, aprende-se a chamada norma padrão da língua,

Conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretriz até certo ponto para controle da representação escrita pela língua, sendo qualificada como *erro* o que não segue esse modelo. De fato, a *norma normativo-prescritiva* passa a ser codificada nas gramáticas pedagógicas que se repetem tradicionalmente de gramático a gramático. Distancia-se da realidade dos usos, embora com alguns deles se interseccione, e é parcialmente, reciclada ou atualizada ao longo do tempo pelas imposições evidentes, decorrentes da ra-

ção universal de as línguas mudarem e suas normas também, entre elas, a que serve de modelo à *norma padrão*. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 14)

Que se difere das normas normais ou sociais, que são definidas pela sociedade que a pratica, como as normas que não possuem prestígio social, e as normas de prestígio social que são denominadas norma culta, que decorre da classe de prestígio praticá-la devido ao seu alto nível de escolaridade.

### **3. Reflexões sobre oralidade e escrita**

Ao discutir as implicações da oralidade no aprendizado de língua portuguesa, faz-se necessário tecer reflexões a respeito da relação dessa com a escrita.

Conforme já mencionado, Bakhtin (1986) afirma que a língua é uma atividade social, por isso, ela se comporta de acordo com a situação sociocomunicativa em que está inserida. Sendo a oralidade e a escrita práticas da língua, ambas possuem perspectivas distintas da visão dicotômica homogênea, rigorosa e restritiva.

Ao contextualizar a oralidade e a escrita no âmbito escolar em que há um enorme entrecruzamento de vozes cujas práticas sociais são diversificadas, deve-se considerar que a língua, seja oral ou escrita, se comportará segundo esse contexto.

Por outro lado, a escola ainda tem dificuldade de cumprir seu papel, oportunizando a todos os alunos o estudo da norma padrão sem provocar discriminação com aqueles que não dominam a mesma.

A compreensão sobre a oralidade e a escrita e suas práticas sociais podem colaborar no processo ensino-aprendizagem de língua portuguesa sem fomentar a exclusão dos usuários de uma língua marginalizada: a não padrão.

Seria interessante que a escola soubesse algo mais sobre essa questão para enfrentar sua tarefa com maior preparo e maleabilidade, servindo até mesmo de orientação na seleção de textos e definição de níveis de linguagem a trabalhar. (MARCUSCHI, 2004, p. 19)

Quando se fala em escrita, a escola automaticamente relaciona a mesma a um código abstrato, distante da realidade cotidiana de seus usuários. Da mesma forma, lidam com a oralidade dos alunos. Urge que os professores tratem a língua em suas condições de uso, implicando a es-

crita numa prática pedagógica voltada para a inclusão, ou melhor, para a perspectiva do letramento.

Marcuschi (2004) deixa claro que o letramento não se restringe apenas à aquisição da linguagem, ele envolve as práticas sociais da escrita, contemplando toda a sua dinamicidade e heterogeneidade.

A escola precisa refletir os diversos contextos de uso da oralidade e da escrita com os alunos e refletir como ambas devem se comportar em meio a essa diversidade.

Marcuschi (2004) ainda aponta para a necessidade de distinguir oralidade/letramento de fala/escrita. Ele considera oralidade e letramento como práticas sociais as quais contemplam a atividade interacional; enquanto que fala e escrita seriam mais voltadas à questão da modalidade, ou melhor, suas finalidades dizem respeito ao código.

Pode-se dizer que discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita não é referir-se a algo consensual nem mesmo como objeto de análise. Trata-se de fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos linguísticos (relação fala-escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade versus letramento). As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques.

Ao discutirmos questões pertinentes à escrita em nossa pesquisa, estaremos tratando a mesma na perspectiva do letramento. Tanto oralidade, quanto escrita devem refletir as práticas sociais e suas condições de uso. Isso faz com que a visão dicotômica da língua perca sentido em sua atividade social.

#### **4. *As implicações da oralidade no processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa***

Os sujeitos da pesquisa são alunos de uma escola da rede estadual de um município do interior do Espírito Santo, totalizando em 25 alunos, sendo 16 do sexo feminino e 09 do masculino, com idade que variava entre 13 a 17 anos. Levando em conta de que a idade média para se cursar o 9º ano é de 13 e 14 anos, desses 25 alunos, 09 eram repetentes.

A fim de verificar se havia realmente traços de oralidade na escrita, foi produzido um texto por esses alunos com um tema delimitado como instrumento em busca de resposta para a questão levantada.

A partir de então, analisamos os dados tabulados (apêndice 01) e pudemos notar uma incidência considerável de desvios cometidos no decorrer das redações produzidas. Mesmo cursando o 9º ano, os alunos apresentam dificuldades com relação à pontuação (52% - **Tabela 1**).

<i>Pontuação</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
<i>Sim</i>	13	52,0
<i>Não</i>	12	48,0
<i>Total</i>	25	100,0

**Tabela 1: Desvios quanto à pontuação**

Os indicadores apontam maior incidência (60%) no que diz respeito à utilização inadequada da concordância quanto à desinência número-pessoal (**Tabela 2**). 44% dos alunos empregaram inadequadamente a ortografia em seus textos (**Tabela 3**), podemos citar como exemplo palavras com marcas da oralidade, tais como: “fácio”, “fáciu”, “munto” ao invés de “muito”, “família” e “calquer” ao invés de “qualquer”.

<i>Concordância</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
<i>Sim</i>	15	60,0
<i>Não</i>	10	40,0
<i>Total</i>	25	100,0

**Tabela 2: Desvios quanto à concordância das palavras**

<i>Ortografia</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
<i>Sim</i>	11	44,0
<i>Não</i>	14	56,0
<i>Total</i>	25	100,0

**Tabela 3: Desvios quanto à ortografia.**

Quanto à repetição inadequada de palavras e à presença de marcas da oralidade presentes nos textos produzidos, a incidência foi de 36% para ambas (**Tabela 4** e **Tabela 5**, respectivamente), podemos citar como exemplo: “diariamente no nosso dia a dia”, “mais” no lugar de “mas”, “aí...”, “nóis”, “mais pra frente eu falo disso...”, “olha só...”, “então, gente...”, entre outros termos que deixam claro que os alunos estão escrevendo como se estivessem falando, conversando com alguém.

<i>Repetição de Palavras</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
<i>Sim</i>	9	36,0
<i>Não</i>	16	64,0
<i>Total</i>	25	100,0

**Tabela 4: Desvios quanto ao uso de repetição inadequada de palavras**

<b>Presença</b>	<b>F</b>	<b>%</b>
<i>Sim</i>	9	36,0
<i>Não</i>	16	64,0
<i>Total</i>	25	100,0

**Tabela 5: Presença de marcas da oralidade.**

Esses dados apontaram indícios importantes para responder a questão levantada no presente estudo.

## **5. Considerações finais**

Com base na análise dos dados, há influência da oralidade na escrita de alguns sujeitos da pesquisa, interferindo, dessa forma, na aprendizagem da língua portuguesa em situações que requer a utilização da norma padrão. Ao discorrer a redação, alguns alunos apresentaram desvios gramaticais e marcas de oralidade, mesmo sabendo que a situação comunicativa exigia formalidade.

Tomando como ponto de partida um pequeno grupo de alunos (25), os indicadores nos levam a perceber que, apesar de a escola já estar no caminho com incidência de desvios pequena (36% – 44%) ou média (60%, 52%), há ainda necessidade de uma metodologia mais eficaz, a fim de refletir a dinamicidade da língua e de adequá-la segundo o contexto em que está inserida. No momento de utilizar a escrita, além do conhecimento dos aspectos de textualidade, é necessário desenvolver habilidades de adequação da mesma à situação comunicativa.

Através da pesquisa realizada, pudemos observar o quanto é importante reconhecer o conhecimento prévio do aluno. A partir desse pressuposto, é que devem ser desenvolvidas competências e habilidades, fundamentando-se na norma padrão estabelecida pela gramática normativa para que, mediante aos diversos contextos, o aluno seja capaz de adequar a língua com eficácia. Isso implica no reconhecimento de que a língua em sua heterogeneidade oferece opções variadas para sua aplicação nos diversos gêneros textuais, abrindo condições para criatividade e autonomia do indivíduo no momento de fazer uso da mesma.

Dessa forma, a diversidade linguística é mais respeitada, resultando em um melhor aproveitamento da aprendizagem da língua portuguesa em sala de aula, fomentando a inclusão e a emancipação do aluno em pleno exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim!* Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2009.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz.* São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 1986.

KOCH, Ingedore Villaça. *A interação pela linguagem.* São Paulo: Contexto, 2004.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade.* São Paulo: Ática, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização.* São Paulo: Cortez, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português.* São Paulo: Contexto, 2002.